

Resumo do artigo "Embates em torno da segurança e soberania alimentar: Estudo de perspectivas concorrentes"

Amanda A F. Lemes; Danielle W.A Jesus; Gwenn Guillaumie; Marcelo Dimase; Marie Dupré, com contribuições dos colegas de turma e do professor.

Introdução

As crises mundiais recentes revelam uma vulnerabilidade do sistema agroalimentar em sua missão de oferecer alimentos em quantidade e qualidade para a população mundial. Em última análise, a satisfação das necessidades alimentares da humanidade está longe de ser concretizada. Este resumo do artigo do professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques apresenta uma interpretação sobre as diferentes posições no campo de debate em torno da agricultura e alimentação, realçando as críticas e insatisfações diante de ambivalências da noção de segurança alimentar. Em nome desta noção, são concebidas tanto medidas de proteção das agriculturas locais quanto são elaboradas estratégias favoráveis à liberalização do comércio internacional de alimentos. É possível considerar a emergência da noção de soberania alimentar enquanto perspectiva que se fundamenta na salvaguarda das agriculturas locais como meio eficaz de produção de alimentos e de combate contra a fome.

Diversos estudos do autor deste artigo foram realizados nos últimos quinze anos em torno das questões agroalimentares, principalmente sobre o campo de disputa em torno da noção de segurança alimentar.

O campo de debate agroalimentar

Sentidos e controvérsias em torno da segurança alimentar

1) Nascimento da noção de segurança alimentar na Europa

A noção de segurança alimentar nasceu na Europa após da segunda guerra mundial, como estratégia militar de independência alimentar. A ideia de uma "arma" alimentar é eloquente desta lógica militar: **segurança** nacional fundada em oferta **alimentar**. Assim, essa ideia foi desenvolvida por meio da Política Agrícola Comum (PAC), cujo objetivo foi de assegurar o abastecimento dos mercados alimentares europeus, graças a uma modernização acelerada da agricultura. Assim, foi assegurada tanto uma oferta abundante e com preços baixos quanto uma remuneração considerada adequada aos agricultores. A redução do número de agricultores não criou uma crise social já que o crescimento econômico na Europa era intenso.

A segurança alimentar foi alcançada graças a uma organização interna politicamente poderosa do mundo agrícola com cooperativas e sindicatos, mas sobretudo através do apoio do Estado. Todavia essa orientação produtivista foi criticada por seus efeitos sociais e ambientais negativos.

2) O caso da segurança alimentar no Brasil

O desenvolvimento da segurança alimentar no Brasil foi diferente do caso da Europa. A noção se propaga em paralelo à transição democrática, com ênfase na equidade no acesso aos alimentos. A segurança alimentar foi destacada pela oposição ao governo de Fernando Collor de Melo, liderado por Lula, através da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA).

Essa ideia abraçava a reforma agrária, as políticas de emprego, rendas e a produção de alimentos. Assim foram estabelecidos programas contra a fome (por exemplo, "leite é saúde") e criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), uma pro-

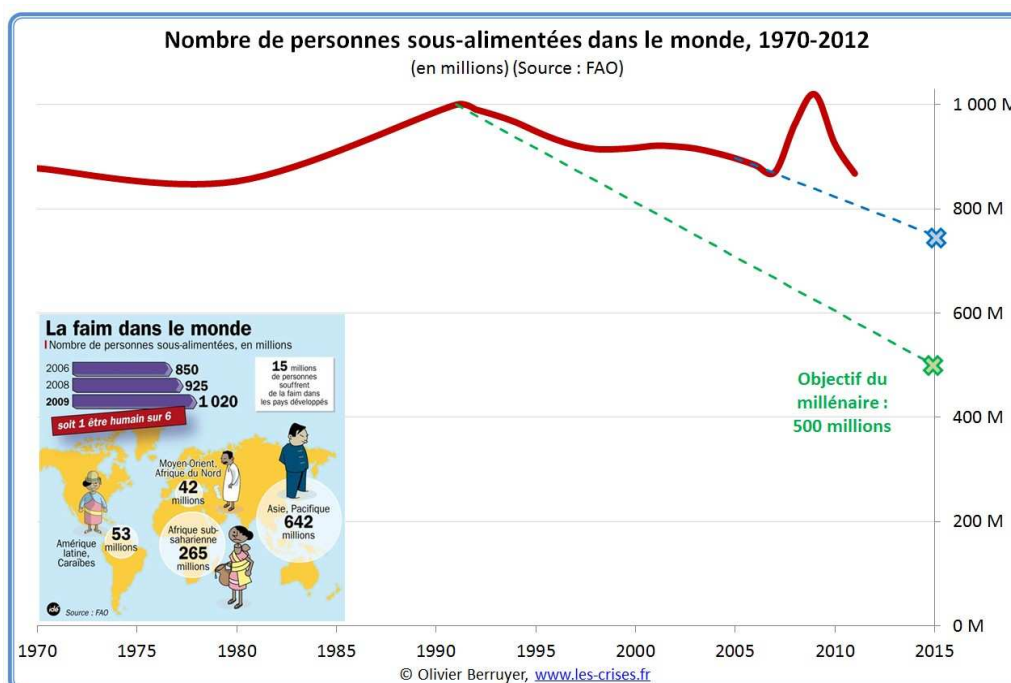
posição da PNSA, com o objetivo de fortalecer o poder da sociedade civil. Essa preocupação foi destacada pela primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994.

Outra visão foi proposta pela Associação Brasileira de Agribusiness, cuja ideia era de reforçar o poder do setor agroindustrial, aumentando a oferta de produtos agroindustriais para lutar contra a fome. Tal ideia pode ser considerada produtivista.

3) O debate internacional

Na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma em 1996, a organização Via Campesina que representa os agricultores camponeses e familiares, criticou essa visão produtivista. Propunha que a oferta abundante de alimentos baratos não é sinônimo de uma alimentação suficiente e de qualidade, destacando então os papéis da agricultura local, não somente produtivos mas também sociais, ambientais e culturais (multifuncionalidade da agricultura). Seus propósitos se apoiam na Declaração Universal dos Direitos dos Homens, cuja referência é frequente nesse debate. Porém, esta ideia está longe de forjar um consenso, visto que alguns acham melhor desenvolver sem entraves o comércio internacional dos alimentos porque reduz os preços, enquanto outros acham que precisamos apoiar a agricultura local.

As políticas anti-protecionistas permitiram um aumento da produção mundial, mas não ajudaram a reduzir a fome. Por exemplo, segundo a FAO o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aumentou de 20% nos últimos anos, sobretudo nos países mais pobres. Para a FAO, a "segurança alimentar existe quando todas as pessoas, o tempo todo, têm acesso físico e econômico suficientes a alimentos seguros e nutritivos, os quais atendem a demanda de suas dietas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável".



No Brasil, a segurança alimentar progrediu, todavia o aumento da obesidade mostra o outro lado do espelho: o problema é aqui a mudança dos hábitos alimentares com mais alimentos industrializados com alto poder calórico.

A construção da noção de soberania alimentar

O direito à soberania alimentar foi muito difundido a partir de 1996 pela Via Campesina, com outras associações contrárias à tendência de total liberalização do comércio internacional no campo agroalimentar. A declaração do Fórum de Organizações Não Governamentais (ONGs) ocorrida em Roma no referido ano apontava para as seguintes ideias: uma prioridade para a produção agrícola local para alimentar a população, com medidas para favorecer o acesso ao fundiário dos agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como para assegurar o acesso à água, às sementes e ao crédito; o livre acesso às sementes; a salvaguarda da água enquanto bem público a ser repartido sustentavelmente; o direito dos Estados em proteger suas agriculturas das importações agrícolas e alimentares com baixíssimos preços e em favorecer uma produção camponesa sustentável; a participação das populações nos processos de tomada de decisão.

Estas ideias estão associadas com o reconhecimento dos direitos dos agricultores (ou camponeses) de desempenhar um papel maior na produção agrícola e na alimentação.

A ideia desta defesa da agricultura camponesa não parece corresponder a um regresso ao passado, mas trata-se de uma redefinição do termo camponês, o que permite conceber uma retomada de certos valores do passado, para contestar os descompassos do presente e, afinal, para reconstruir o futuro.

Neste sentido, a ação corporativista da Via Campesina – cujos membros no Brasil são notadamente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) – ocorre em torno da ideia de uma cidadania mundial, a noção de soberania alimentar se associando à solidariedade internacional. Por exemplo, no caso de uma das organizações das mais ativas no seio da Via Campesina, a Confédération Paysanne francesa, as posições soberanistas se afastam claramente de ideias xenófobas.

A propósito, esta confederação sindical francesa difunde que “a soberania alimentar é um direito dos povos”. Para tal, os Estados devem:

- priorizar a produção agrícola local para alimentar a população, o acesso dos camponeses (as) sem terra à terra, água, sementes e crédito, a reforma agrária, a proibição dos transgênicos, o livre acesso às sementes e a manutenção da água como um bem público, distribuído de forma sustentável;

- assegurar o direito dos agricultores de produzir alimentos e o direito dos consumidores de escolher os alimentos que querem consumir;

- defender o direito dos Estados de proteger as importações excessivamente baratas agrícolas e alimentares, assegurando aos seus agricultores preços agrícolas ligadas aos custos de produção. Assim, os Estados devem ter o direito de tributar as importações muito baratas, estando comprometidos com uma produção agrícola sustentável e controlar a produção no mercado interno para evitar excedentes estruturais;

- favorecer a participação social nas escolhas de política agrícola;

- reconhecer os direitos dos camponeses, que desempenham um papel importante na produção de alimentos e agrícola.

A defesa da soberania alimentar não se limita às organizações próximas à Via Campesina. De fato, a crise alimentar de 2008, ao desencadear uma profusão de críticas e propostas diante do problema agroalimentar, reforçou a noção. Defendendo nitidamente a ideia de soberania alimentar, Miguel Altieri (2008) considera que esta crise sem precedentes no sistema alimentar global revela os riscos e ameaças profundas contra a segurança alimentar de milhões de pessoas. Para o autor, tal situação de crise é o resultado direto do modelo industrial de agricultura, pois, além de não se mostrar capaz de suprir as demandas em alimento da humanidade, asfixia os “serviços ecológicos” dos quais a população humana é dependente (ciclos de água, polinização, solos férteis, estabilidade do clima, etc.). A degradação dos tais serviços ecológicos é concomitante à expansão das monoculturas intensivas, cujas externalidades socioambientais negativas são extrema-

mente negligenciadas. Também soma-se as contradições em torno da dependência em petróleo da agricultura moderna, industrial e capitalista, cujas lógicas, aliás, favorecem uma reorientação produtiva do cultivo de alimentos para aquele de agrocombustíveis.

Altieri (1989) propõe um paradigma alternativo de desenvolvimento agrícola, redesenhado a partir de sistemas alimentares mais equitativos e viáveis para agricultores e consumidores. Nesta perspectiva, o livre comércio sem controle social, fundado no poder das multinacionais e em modelos agroexportadores, é o principal mecanismo que expulsa os agricultores de suas terras e é o principal obstáculo para alcançar desenvolvimento e segurança alimentar local. A soberania alimentar é apresentada então como única alternativa viável para o sistema alimentar em colapso.

A ideia de uma aliança entre agricultores e consumidores é considerada estratégica. Os consumidores devem tomar consciência de que sua qualidade de vida está intimamente associada aos modelos agrícolas e seus múltiplos serviços ambientais. Esta multifuncionalidade só emerge quando as paisagens estão dominadas por unidades produtivas pequenas e biodiversificadas, sendo mais produtivas que as grandes monoculturas. Ademais, as comunidades rurais diversificadas e ancoradas na agricultura familiar apresentam economias mais saudáveis e menores problemas sociais.

A soberania alimentar é igualmente defendida em documentos do movimento *Slow Food*, cujo presidente Internacional, Carlo Petrini, sugere que os prazeres da mesa se multiplicam com o conhecimento que os alimentos podem nos proporcionar. Portanto, saber e sabor tornam-se um par indissociável para uma gastronomia apurada. No *Slow Food*, os conhecimentos gastronômicos são relacionados com a política, a agricultura e o ambiente. Este movimento participar ativamente dos debates sobre a agricultura e a ecologia. Propõe conjugar o prazer e a alimentação com consciência e responsabilidade. As atividades da associação visam defender a biodiversidade alimentar, difundir a educação do gosto e aproximar os produtores dos consumidores de alimentos. Suas propostas são associadas à noção de ecogastronomia, cujos princípios se fundam na concepção de um modelo de agricultura menos intensivo, mais saudável e sustentável. O conhecimento das comunidades locais está no centro da ecogastronomia, aquelas que podem produzir uma alimentação boa, justa e limpa.

Marc Dufumier (2004), pesquisador e professor francês da cátedra de agricultura comparada da AgroParisTech, insiste sobre os desgastes da agricultura industrial e produtivista e sobre as vantagens de uma agricultura familiar ou camponesa, cujos sistemas de produção são aqueles mais inspirados e próximos da agroecologia, conformando-se às exigências do desenvolvimento sustentável. O autor conclui que a proteção tarifária de suas agriculturas é um direito essencial dos países, em particular os mais pobres, com vistas a oferecer vida e trabalho dignos, o que pressupõe a reconquista da soberania alimentar, pilar de um desenvolvimento sustentável. A propósito, Dufumier lembra que, aproximadamente, 75% dos indivíduos em estado de insegurança alimentar no planeta pertencem a famílias agricultoras pobres, informação veiculada em sua obra¹. Portanto, a proteção e apoio a esta agricultura permitiria maior estabilidade produtiva, assegurando alimento e renda para grupos sociais vulneráveis.

Os debates atuais em torno da sustentabilidade, tais como aquele sobre o aquecimento global ou a perda de biodiversidade, levam a conclusões favoráveis às ideias de soberania alimentar. Mobilizadoras da biodiversidade em seus sistemas produtivos, as agriculturas locais, menos intensivas em insumos industriais (notadamente aqueles dependentes do petróleo) e cujo escoamento de seus produtos não implica em grandes deslocamentos, apresentam trunfos consideráveis para soldar este vínculo entre sustentabilidade e soberania alimentar.

¹ *Agricultures et paysanneries des Tiers mondes*. Paris : Karthala, 2004

Estratégias da agricultura familiar paulista e a soberania alimentar

Também pode-se considerar em que medida a soberania alimentar favorece a agricultura familiar. Para isso, investigou-se agricultores familiares no Vale do Ribeira e no município de São Pedro, ambos no Estado de São Paulo.

Nesses estudos pode-se observar que as ideias em torno da soberania alimentar correspondem, em grande medida, às estratégias de agricultores familiares engajados em valorizar e promover suas iniciativas. Em São Pedro, agricultores familiares constituíram uma cooperativa (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro – COOPAMSP), o que lhes oferece um meio dos mais vantajosos para o escoamento do leite, seu principal produto.

Na pesquisa “Dinâmicas da agricultura familiar em Piracicaba e região: estudo de processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção” foram entrevistados vinte e quatro consumidores de uma feira local, onde os consumidores mostraram-se favoráveis à produção local de alimentos, dizendo também que os alimentos ali comercializados eram considerados mais saborosos, com qualidade superior ao que se pode encontrar nos supermercados.

Outra investigação (“Participação social e discursos sobre a sustentabilidade: um estudo das dinâmicas e conflitos em torno de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural no Vale do Ribeira”), destacou estratégias visando o reconhecimento de direitos das comunidades quilombolas. Essas comunidades, esquecidas por muitos anos e consideradas inaptas para contribuir com a modernização da região, passaram por uma resignificação: tornaram-se guardiões da natureza, capazes de promover práticas agroalimentares menos agressivas, numa perspectiva de soberania alimentar. A pesquisa também examinou a implantação do Circuito Turístico da Agricultura Familiar de Cananéia. Fundada na revalorização da atividade agrícola e da cultura caiçara, tal iniciativa abarca notadamente experiências agroflorestais e gastronômicas, permitindo sua ancoragem na diversidade de saberes e sabores da Mata Atlântica.

O debate sobre a soberania alimentar reforça efetivamente estas referências de qualidade alimentar ancoradas em formas mais sustentáveis de produção e na procedência mais local dos produtos, permitindo revalorizar a atividade agrícola, podendo constituir-se em trunfos para o desenvolvimento numa perspectiva sustentável, na medida em que eles se ancoram em especificidades territoriais e tipicidades locais (portanto, em serviços e produtos mais adaptados em termos ecológicos e culturais), diante de uma globalização homogeneizante.

Entretanto estes resultados não correspondem à visão predominante sobre os alimentos no Brasil, ainda menos no Estado de São Paulo, onde a industrialização intensa da agricultura e da alimentação minimiza a concepção de qualidade e do papel de uma agricultura cuidadosa para a produção de alimentos saudáveis e saborosos, lembrando-se que, no mundo atual a concepção de qualidade alimentar é influenciada pelos gigantes da distribuição e do setor agroindustrial, constituindo a principal referência para a escolha dos consumidores. Com seus meios publicitários, as grandes empresas de supermercados e a indústria alimentar conferem qualidade superior às suas marcas comerciais. Com isso, o modo de produção agrícola ou a origem do alimento são apagados completamente da memória dos produtos.

Em contrapartida, a agricultura familiar local pode ser reconhecida por seus papéis alimentares, ambientais, sociais e culturais. A noção de soberania alimentar é concebida para reforçar estes papéis.

Conclusão

O campo de debate sobre as questões agroalimentares abrange o crescimento de uma série de ideias, valores e propostas em nome da soberania alimentar. Muitas críticas ao sistema agroalimentar dominante se dirigem ao descaso com as condições de vida e de produção da maior parte das famílias agricultoras do mundo, que constituem o grupo social mais afetado pela insegurança alimentar. Por outro lado, a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares.